

água de Brazlândia

Jairo Viana

Brazlândia poderá sofrer racionamento de água durante o período da seca, este ano, porque a reserva florestal do Capão da Onça, que protege o manancial que fornece água para a cidade, foi invadida. A informação é do membro do Conselho de Defesa do Meio Ambiente da satélite (Codema), Euler Rufino da Silveira. Ele explicou que o desmatamento no local vem causando o assoreamento do manancial e a redução no nível da água.

Segundo Euler Rufino, a situação foi agravada com o aumento da população da cidade, provocado pelo assentamento das Vilas São José I e II. Por isso, acredita que o Governo do Distrito Federal deve dar uma solução urgente para a questão do abastecimento da cidade, com a construção de uma adutora a partir do reservatório da M-Norte, que recebe água do Rio Descoberto.

Veredinha

A área comum da cabeceira do córrego Veredinha, que divide Brazlândia ao meio, apesar de ser de preservação ambiental, está em mãos de particulares e já foi até cercada com arame farpado. Para não ser ocupada, terá que ser desa-

propriada pelo Governo. Hoje pertence a José D'Abadia Dutra, Benjamim Cristiano de Oliveira e ao espólio de Abraão Sabah. O córrego fornece água que abastece o espelho d'água existente na entrada da cidade, que dali desce para a barragem do Descoberto. A mata ciliar que protege o manancial já está bastante depredada e, se medidas urgentes não forem tomadas, poderá desaparecer em pouco tempo.

Na zona rural, as áreas mais visadas pelos loteadores clandestinos são as de maior valor agrícola. Ficam nas bacias do Rio Descoberto, córregos Rodeador, Palmas, Palmeiras e Cafuringa, que formam o complexo hidrográfico de abastecimento da barragem do Descoberto. Ali estão localizados o Condomínio Morada dos Pássaros, com 5 mil lotes; o loteamento da Associação dos Produtores do Lago Oeste (Aproeste) e Palmas, entre outros.

Segundo o chefe da Seção de Regulamentação Fundiária da Terracap, Alírio Macedo, a fiscalização das invasões nesta área é dificultada pela ação discriminatória do Incra, que quer definir a quem pertence as terras. Por estar sub judice, os fiscais não podem atuar até que a Justiça decida a questão.

GDF precisa

desapropriar

As 84 chácaras existentes às margens do reservatório do Rio Descoberto, no lado do Distrito Federal, estão com sua situação fundiária regularizada, garante a chefe da Divisão de Proteção Hídrica da Caesb, engenheira Eliana Fortis Silveira Anjos. Segundo Eliana, as terras foram vendidas aos produtores rurais pelo Incra, e o Decreto nº 88940/83, fixou uma faixa de 125 metros em torno da barragem destinada à proteção do lago.

Nesta área serão plantadas espécies nativas visando proteger a barragem. Do lado goiano esta faixa de terra já foi desapropriada, falta, agora, a Terracap desapropriar as terras do lado do Distrito Federal, indenizando seus proprietários, para que o reflorestamento possa ser feito, explica Eliana.

De acordo com a engenheira não há indícios de que a água da barragem esteja contaminada por agrotóxicos, uma vez que técnicos da Caesb fazem o monitoramento físico-químico, de resíduos de pesticidas e hidrológico da água da barragem. "Nada foi constatado até o momento", explica. Mesmo porque, a Emater fiscaliza e orienta permanentemente os chacareiros sobre o uso de defensivos agrícolas não prejudiciais à saúde humana.

Proteção

As atividades poluentes foram proibidas em toda a bacia, acima da barragem. Por isso, os quatro

matadouros que existiam na área foram desativados. Quanto às atividades agrícolas, Eliana defende a sua compatibilização de forma a manter a qualidade da água sem prejuízo às atividades econômicas dos chacareiros. "O ideal seria que a bacia fosse totalmente protegida, como a de Santa Maria/Torto, que fica dentro do Parque Nacional", afirma.

O Código Florestal obriga os proprietários de áreas rurais a manter 20% de suas propriedades como reservas ecológicas. Por isso, a Sematec, Ibama e Caesb mantêm convênio para fiscalizar este preceito legal. "Os chacareiros que não observarem este princípio serão obrigados a reflorestar a área degradada", adverte a engenheira. Nesta situação existem diversas chácaras instaladas às margens do manancial do Rio Descoberto e da maioria dos córregos que abastecem a barragem. Na área são proibidos o desmatamento, retirada de areia, cascalho e saibro.

De acordo com a engenheira da Caesb, o problema hoje enfrentado pelos técnicos da empresa é quanto à irrigação, que compromete o volume de água da represa. "Esta questão só será resolvida após a implantação da política de gestão de recursos hídricos no DF, projeto que está em tramitação na Câmara Legislativa", garante Eliana Fortis. (J.V.)

Irregularidades predominam

Os conflitos de terras nas zonas urbana e rural de Brazlândia chegaram ao auge, no início do ano, quando fiscais da Terracap foram recebidos à bala numa área de domínio comum e de preservação ambiental, situada entre a cidade tradicional e a Vila São José, na cabeceira do córrego Veredinha. Na parte rural proliferam os loteamentos irregulares, condomínios, ocupação de terras contíguas aos mananciais hídricos e, até áreas de domínio das rodovias são utilizadas com plantações de grãos e mortaliças.

O processo de ocupação territorial da cidade-satélite começou na década de 60, quando a Novacap transferiu para o Incra, uma extensa área, que foi utilizada como a primeira experiência de reforma agrária do Distrito Federal. A área foi dividida em módulos e vendidos a produtores rurais, através do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (Picag), onde está situada hoje a maioria das 800 chácaras existentes no local.

Posteriormente, com a construção da barragem do Rio Descoberto, que hoje abastece 50% da população brasiliense, as chácaras tornaram-se motivo de apreensão dos ecologistas, pois o uso intensivo de agrotóxicos nas plantações prejudicavam a qualidade da água do reservatório.

Atualmente, com a criação do Programa de Proteção Ambiental do Descoberto, pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), a situação está sob controle. Ela fiscaliza para que os

chacareiros da região não utilizem nas plantações os agrotóxicos organoclorados, prejudiciais à saúde humana.

Em conjunto, a Terracap, Caesb, Sematec e a Fundação Zoológica (antes da sua extinção), fazem a fiscalização das áreas de preservação ambiental e hidrológica, para evitar a ocupação das áreas próximas aos mananciais hídricos da bacia do Descoberto e prevenir a degradação do meio ambiente.

No entanto, como muitas áreas ainda estão em mãos de particulares, o trabalho de fiscalização é dificultado pelos impedimentos legais. Por isso, proliferam os loteamentos irregulares e ilegais, que abrangem grande parte das terras da zona rural e até da urbana de Brazlândia. Os problemas fundiários da satélite vão da divisa do Distrito Federal com Goiás, às margens do Rio Descoberto, até a fronteira com Sobradinho, na região denominada Poço Azul.

Nesta área, conhecida como Rodeador, concentram-se os maiores conflitos de terras da região. Ali confundem-se áreas de particulares com terras devolutas, pertencentes à União, que estão sub judice, devido a uma ação discriminatória impetrada na Justiça pelo Incra. Porém, grande parte dos terrenos já está loteada, inclusive terras da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cafuringa, vendidas por imobiliárias e até pela Cooperativa Habitacional dos Profissionais de Comunicação do DF, no local conhecido como Lago Oeste. (J.V.)